

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL

ANO DE
2021

DENOMINAÇÃO: CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE CEDOFEITA

MORADA: Rua Igreja de Cedofeita, 4

LOCALIDADE: Porto

FREGUESIA: Cedofeita

CONCELHO: Porto

CODIGO POSTAL: 4050-306


(O Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO:

DATA: Porto, _____

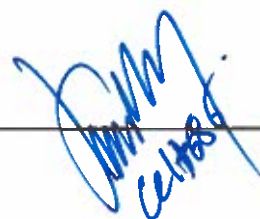
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE CEDOFEITA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte : 500746583
Moeda : (Valores em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2021	31 DEZ 2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 252 268,87	1 287 488,05
Investimentos financeiros	11.14	4 107,34	4 822,08
		1 256 376,21	1 292 310,13
Ativo corrente			
Inventários	6	1 466,46	2 042,06
Créditos a receber	11.1	6 828,13	11 883,70
Estado e outros entes públicos	11.7	1 370,42	1 350,45
Diferimentos	11.3	2 136,12	1 744,35
Outros ativos correntes	11.2	29 120,86	29 543,21
Caixa e depósitos bancários	11.4	56 525,91	89 888,13
		97 447,90	136 451,90
Total do ativo		1 353 824,11	1 428 762,03
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados	11.5	-438 601,14	-356 886,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	11.5	78 872,49	87 259,11
		-359 728,65	-269 626,89
Resultado líquido do período		-358 733,81	-81 715,14
Total dos fundos patrimoniais		-718 462,46	-351 342,03
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	5	1 825 766,23	1 609 766,23
		1 825 766,23	1 609 766,23
Passivo corrente			
Fornecedores	11.6	18 979,09	32 234,18
Estado e outros entes públicos	11.7	15 848,03	34 648,66
Outros passivos correntes	11.8	211 693,22	103 454,99
		246 520,34	170 337,83
Total do passivo		2 072 286,57	1 780 104,06
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 353 824,11	1 428 762,03

A Direção

O Contabilista Certificado



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE CEDOFEITA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte 500746583

Moeda: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 021	2 020
Vendas e serviços prestados	7	382 168,86	382 111,65
Subsídios, doações e legados à exploração	8, 11.9	470 205,08	586 860,45
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-89 506,20	-93 211,99
Fornecimentos e serviços externos	11.10	-251 930,73	-251 476,60
Gastos com o pessoal	9	-831 452,55	-676 100,28
Aumentos/reduções de justo valor	11.13	130,96	71,13
Outros rendimentos	11.11	8 960,03	14 375,47
Outros gastos	11.12	-7 214,11	-3 659,78
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-318 638,66	-41 029,95
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-40 095,15	-40 685,19
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-358 733,81	-81 715,14
Resultados antes de impostos		-358 733,81	-81 715,14
Resultado líquido do período		-358 733,81	-81 715,14

A Direção

O Contabilista Certificado

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CEDOFEITA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Moeda : (Valores em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método</u>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		378 710,61	372 270,17
Pagamentos a fornecedores		-340 044,94	-303 925,68
Pagamentos ao pessoal		-535 491,55	-436 872,33
Caixa gerada pelas operações		-496 825,88	-368 527,84
Outros recebimentos/pagamentos		238 665,71	329 248,06
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-258 160,17	-39 279,78
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-3 960,00	-5 573,10
Investimentos financeiros		-930,96	-1 058,53
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		1 365,71	589,46
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-3 525,25	-6 042,17
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Doações		12 323,20	10 554,31
Outras operações de financiamentos		216 000,00	85 500,00
Pagamentos respeitantes a:			
Outras operações de financiamento		0,00	-400,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		228 323,20	95 654,31
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-33 362,22	50 332,36
Caixa e seus equivalentes no início do período		89 888,13	39 555,77
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.4	56 525,91	89 888,13

A Direção

O Contabilista Certificado

Entidade: Centro Social Paroquial de CEDOFEITA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 500746583

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Creche	Pré-Escolar	Estrutura Residencial	Centro de Dia	Apoio Domiciliário	PERÍODOS	
							2021	2020
Vendas e serviços prestados		10 366,45	18 411,97	310 917,75	7 452,61	35 020,08	382 168,86	382 111,65
Custo das vendas e dos serviços prestados		-292 933,91	-235 090,29	-198 104,54	-77 010,29	-117 819,72	-920 958,75	-769 312,27
Resultado Bruto		-282 567,46	-216 678,32	112 813,21	-69 557,68	-82 799,64	-538 789,89	-387 200,62
Outros Rendimentos		100 236,50	115 953,94	109 959,36	50 729,31	102 416,96	479 296,07	601 307,05
Gastos de distribuição		-329,64	-82,41	-89,00	0,00	0,00	-501,05	0,00
Gastos administrativos		-15 866,87	-21 537,62	-201 540,59	-20 872,57	-38 411,31	-298 228,96	-292 161,79
Outros Gastos		-110,34	-110,34	-104,64	-92,34	-92,32	-509,98	-3 659,78
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-198 637,81	-122 454,75	21 038,34	-39 793,28	-18 886,31	-358 733,81	-81 715,14
Resultado antes de impostos		-198 637,81	-122 454,75	21 038,34	-39 793,28	-18 886,31	-358 733,81	-81 715,14
Resultado líquido do período		-198 637,81	-122 454,75	21 038,34	-39 793,28	-18 886,31	-358 733,81	-81 715,14

A Direção

O Contabilista Certificado

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CEDOFEITA

**Anexo às Demonstrações Financeiras
2021**

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação.....	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4	Ativos Fixos Tangíveis	9
5	Custos de Empréstimos Obtidos	9
6	Inventários.....	9
7	Rendimentos	10
8	Subsídios e outros apoios das entidades públicas	10
9	Benefícios dos empregados	11
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	11
11	Outras Informações	11
11.1	Créditos a receber	11
11.2	Outros ativos correntes	11
11.3	Diferimentos	12
11.4	Caixa e Depósitos Bancários	12
11.5	Fundos Patrimoniais.....	12
11.6	Fornecedores	12
11.7	Estado e Outros Entes Públicos	12
11.8	Outros Passivos Correntes.....	13
11.9	Subsídios, doações e legados à exploração	13
11.10	Fornecimentos e serviços externos.....	13
11.11	Outros rendimentos	14
11.12	Outros gastos.....	14
11.13	Aumentos / reduções de justo valor.....	14
11.14	Investimentos Financeiros	14
11.15	Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.....	15
11.16	Acontecimentos após data de Balanço.....	15

1 Identificação da Entidade

O Centro Social e Paroquial de Cedofeita é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "IPSS" com estatutos publicados no Diário da República, Série III, nº50 de 1 de março de 1991.

Tem sede na Paróquia de Cedofeita, cidade do Porto.

Visa contribuir para a promoção integral de todos os paroquianos, num espírito de solidariedade humana, cristã e social, propondo-se criar e manter, entre outras, atividades de: assistência à 1ª e 2ª infâncias, apoio a jovens, assistência à população que dela necessitar, apoio à terceira idade e à população ativa.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento Informático	5 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Relativamente às entidades que apliquem o regime consignado no SNC-ESNL as entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, devem ser reconhecidas como um ativo financeiro dessa entidade, mensurado ao custo.

O registo contabilístico do ativo financeiro referido será efetuado na conta “415 – Outros investimentos financeiros” e a eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT será reconhecida como rendimento na data em que ocorrer o reembolso à entidade empregadora.

3.2.4 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os “Créditos a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Financiamentos Obtidos

Os “Financiamento Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.8 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2020	Adições	Abate	31-12-2021
Edifícios e Outras Construções	1 659 681,69			1 659 681,69
Equipamento Básico	162 308,43	4 875,97		167 184,40
Equipamento Transporte	29 463,17			29 463,17
Equipamento Administrativo	15 108,27			15 108,27
Outros Ativos Fixos Tangíveis	4 857,24			4 857,24
Ativo Tangível Bruto	1 871 418,80	4 875,97	0,00	1 876 294,77
Depreciações Acumuladas				
Edifícios e Outras Construções	395 581,20	31 697,24		427 278,44
Equipamento Básico	154 043,07	2 434,26		156 477,33
Equipamento Transporte	14 731,58	5 892,63		20 624,21
Equipamento Administrativo	15 108,27			15 108,27
Outros Ativos Fixos Tangíveis	4 466,63	71,02		4 537,65
Depreciações Acumuladas	583 930,75	40 095,15		624 025,90
Ativo Tangível Líquido	1 287 488,05	-35 219,18	0,00	1 252 268,87

5 Custos de Empréstimos Obtidos

O Centro Social e Paroquial de Cedofeita obteve da Paróquia de Cedofeita financiamento para fazer face aos investimentos efetuados no Lar de S. Martinho.

Descrição	2021			2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Outros Financiadores						
Paróquia de Cedofeita	0,00	1 820 766,23	1 820 766,23	0,00	1 609 766,23	1 609 766,23
Particular	0,00	5 000,00	5 000,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	1 825 766,23	1 825 766,23	0,00	1 609 766,23	1 609 766,23

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Rubricas	2021	2020
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 466,46	2 042,06
Total	1 466,46	2 042,06

No que concerne à quantia de "Inventários" de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2021	2020
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	2 042,06	2 400,02
Compras	69 832,85	69 908,85
Doações	19 097,75	22 945,18
Saldo Final	1 466,46	2 042,06
Gastos do Período	89 506,20	93 211,99

7 Rendimentos

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	2021	2020
Prestação de Serviços	382 168,86	382 111,65
Quotas do Utilizadores	382 168,86	382 111,65
Outros Rendimentos e Ganhos	439,44	537,97
Rendimentos suplementares	439,44	537,97
Total	382 608,30	382 649,62

8 Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	2021		2020	
		Fundos Patrimoniais	Demonstração de Resultados	Fundos Patrimoniais	Demonstração de Resultados
ISS, IP	Não Reembolsável		435 093,62		546 854,85
ISS, IP – Medida excecional Covid	Não Reembolsável		2 006,65		1 122,54
Programa Expansão Pré-escolar	Não Reembolsável		26 962,20		27 889,68
IAPMEI	Não Reembolsável		929,50		0,00
ISS - Obras Edifício Sede	Não Reembolsável	70 033,53	2 493,99	72 527,52	2 493,99
Total		70 033,53	467 485,96	72 527,52	578 361,06

9 Benefícios dos empregados

O órgão diretivo é composto por 5 elementos. A instituição contou, em média, com 34 colaboradores no exercício de 2021 e com 45 colaboradores durante o exercício de 2020.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações ao pessoal	433 847,11	548 307,33
Indemnizações	280 727,44	0,00
Encargos sobre as Remunerações	98 166,73	120 526,51
Seguros de Acidentes no Trabalho	5 085,32	5 975,84
Outros Gastos com o Pessoal	13 625,95	1 290,60
Total	831 452,55	676 100,28

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

11.1 Créditos a receber

A rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	6 828,13	11 883,70
Total	6 828,13	11 883,70

11.2 Outros ativos correntes

Esta rubrica tinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Adiantamentos a fornecedores	1 110,93	0,00
Devedores por acréscimos rendimentos		
Outros acréscimos de rendimentos	1 047,73	653,53
Entidades do SPA		
PEDEPE – Comp. Educadoras	26 962,20	27 889,68
Outros devedores	0,00	1 000,00
Total	29 120,86	29 543,21

11.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a Reconhecer		
Seguros	2 136,12	1 639,56
Manutenção	0,00	104,79
Total	2 136,12	1 744,35

11.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	4 709,96	9 099,43
Depósitos à Ordem	51 815,95	80 788,70
Total	56 525,91	89 888,13

11.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações durante o exercício de 2021:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Resultados Transitados	- 356 886,00		- 81 715,14	- 438 601,14
Outras variações nos fundos patrimoniais	87 259,11		- 8 386,62	78 872,49
Total	-269 626,89		- 90 101,76	- 359 728,65

11.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c		
Fornecedores	18 979,09	32 234,18
Total	18 979,09	32 234,18

11.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
IVA - restituição	1 370,42	1 350,45
Total	1 370,42	1 350,45
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	3 018,09	8 284,61
Segurança Social	12 760,71	26 268,38
Outros (FCT e FGCT)	69,23	95,67
Total	15 848,03	34 648,66

11.8 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
	Corrente	Corrente
Adiantamentos de utentes	0,00	1 873,21
Remunerações a pagar	128 820,28	0,00
Credores por Acréscimo de Gastos	53 319,54	101 418,71
Remunerações a Liquidar	49 083,27	97 898,34
Outros Acréscimos de gastos	4 236,27	3 520,37
ISS – Reposição dotações	29 553,40	0,00
Outros Credores	0,00	163,07
Total	211 693,22	103 454,99

11.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	436 023,12	549 118,45
Doações e heranças - donativos	34 181,96	37 742,00
Total	470 205,08	586 860,45

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

Os géneros alimentares, doados pelo Banco Alimentar (17 975,40), foram considerados na conta 753 – Doações e Heranças.

11.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Serviços especializados	47 102,99	48 307,79
Materiais	18 407,90	36 544,90
Energia e fluídos	46 312,79	46 210,90
Deslocações, estadas e transportes	2 598,00	1 897,34
Serviços diversos	27 450,41	35 330,81
Encargos com Utentes	110 058,64	83 184,86
Total	251 930,73	251 476,60

11.11 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos suplementares	439,44	537,97
Correções relativas a períodos anteriores	126,52	4 794,88
Imputação de subsídios ao investimento	8 386,62	8 386,62
Benefícios de penalidades contratuais	0,00	656,00
Indemnizações seguros	7,45	0,00
Total	8 960,03	14 375,47

11.12 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	29,68	29,21
Dívidas Incobráveis	6 704,13	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	0,00	3 126,57
Quotizações	468,00	504,00
Outros	12,30	0,00
Total	7 214,11	3 659,78

11.13 Aumentos / reduções de justo valor

A Entidade reconheceu em 2021 e 2020 ganhos e perdas do "justo valor" no seguinte investimento financeiro:

Descrição	2021	2020
FCT – Fundo Compensação Trabalho	130,96	71,13
Total	130,96	71,13

11.14 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2021	2020
Outros investimentos Financeiros		
FCT – Fundo Compensação do Trabalho	3 857,34	4 572,08
Participações de capital - Centuris	250,00	250,00
Total	4 107,34	4 822,08

11.15 Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2021, foi o seguinte:

Creche: 40

Pré-escolar: 43

Estrutura Residencial: 29

Centro de Dia: 15

Serviço de Apoio Domiciliário: 43

Por deliberação da direção da instituição, foram encerradas as respostas sociais da creche e pré-escolar em agosto de 2021.

11.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de dezembro de 2021

O Contabilista Certificado



A Direção

